



Chrys Chrystello*

Acabem com a guerra

No fim da vida assisto incrédulo a mais uma guerra em solo europeu. A humanidade nunca aprende nada e repete a história. Um Putin louco ou meramente czarista quer expandir a Rússia para a sua antiga grandeza, a NATO beligerante a cercar a Rússia com ameaças. E os povos sem serem ouvidos sobre a sua morte e destruição dos seus países.

Concordaram os países ocidentais em sanções, mas como o dinheiro fala mais alto, os italianos querem sanções com exceção para produtos de luxo, os belgas com exceções para os diamantes e por aí adiante consoante os interesses financeiros de cada um. Nem sei se Portugal pediu exceção para o Vinho do Porto, sanções que apenas vão dificultar mais a vida do cidadão russo e nunca dos oligarcas que alimentam a sede de poder de Putin. A única solução era congelar todos os bens, expropriar as propriedades de todos os oligarcas russos (sejam propriedades ou clubes de futebol), retirar-lhes as múltiplas nacionalidades, pois só assim, podem afetar Putin e a clique que o apoia. O resto são ameaças vãs.

E nada me admiraria se soubesse que houve um pacto secreto da Rússia com a China como vingança contra o imperialismo dos EUA que fez guer-

ras e invasões sem conta, como esta, e estivessem apenas a redefinir a divisão do mundo numa espécie de novo Tratado de Tordesilhas.

E nós, indefesos peões nesta e noutras guerras vamos pagar com a vida, a fome e a miséria tal como os ucranianos e russos que estão a morrer às mãos dos exércitos de loucos e czaristas. Disso não restem dúvidas, e aqui nos Açores onde tudo se importa vamos sentir os efeitos secundários de mais esta guerra. Já é tarde para começarmos a produzir, seja o que for.

E a nós pacifistas, amantes da paz, sem exércitos nem armas, que nos resta? Usar as palavras e esperar que os loucos se inibam de alastrar o conflito armado e que não carreguem no botão mágico que pode acabar com tudo o que conhecemos e reiniciar do zero a vida na Terra.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 (Australian Journalists' Association MEAA)



Mário Frota*

Política de Consumidores

Serviços Públicos Acessíveis e Eficientes

Os **denominados serviços públicos essenciais** são, por definição, imprescindíveis ao dia-a-dia de cada um e de todos.

Serviços públicos essenciais há-os do **catálogo, os que no catálogo figuram**, e os de **fora dele**.

Os **do catálogo** constam da lei de 26 de Julho de 1996 e, na sua formulação hodierna, enunciam-se como segue:

- Serviço de fornecimento de água;
- Serviço de fornecimento de energia eléctrica;
- Serviço de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados;
- Serviço de comunicações electrónicas;
- Serviços postais;
- Serviço de recolha e tratamento de águas residuais;
- Serviços de gestão de resíduos sólidos urbanos.
- Serviço de transporte de passageiros.

Os **de fora de catálogo** são, designadamente, entre outros, o

- Serviço de Saúde
- Serviço de Educação
- Serviço de Estradas
- Seguros Obrigatórios
- Serviços Mínimos Bancários
- Serviços Fúnebres...

Não há política de consumidores sem serviços públicos **acessíveis** (acesso físico, geográfico, económico), **de qualidade, seguros e eficientes**.

A degradação dos serviços públicos tem vindo a ser detectada e denunciada em distintos **fora**.

Serviços públicos há em que a distorção dos princípios é manifesta sem que os poderes públicos reajam, como seria elementar obrigação sua: suspensões de serviços ("cortes") que não cumprem quanto as leis prescrevem, consumos mínimos que continuam a facturar-se sob distintas denominações (quotas de serviço, quotas de disponibilidade, taxas de acesso ou de ingresso...), alugueres de contador que mudaram de nome (termos fixos naturais, taxas de potência, taxas de volumetria...), dívidas prescritas por inépcia dos serviços, transferidas para "cobradores de fraque" que infernizam a vida aos consumidores vítimas de soez assédio que lhes movem, enfim, um ror de situações que ao Estado

cumpriria acautelar ou perseguir incessantemente, por via directa ou por intermédio dos reguladores, e que persistem indefinidamente com o sinal distintivo da ausência de legalidade que caracteriza tais procedimentos.

A **degradação dos serviços** é patente a todos os níveis e curial seria que, em período eleitoral, houvesse de banda dos partidos concorrentes às legislativas um mínimo de cuidados a este propósito, expresso nos programas com que se apresentam aos cidadãos.

A qualidade das **comunicações electrónicas** é, em inúmeras regiões do território, mera quimera: a rede não chega a todo o lado, a internet falha estrondosamente e, no entanto, as empresas de comunicações anunciam com clamor a chegada do 5 G...

Os serviços públicos essenciais não podem obviamente a ser tributados como se de artigos de luxo se tratasse: o IVA a 23% para a electricidade e para as comunicações electrónicas (a **internet é direito humano**) é algo que mal se compreende e, no entanto, é com estas enormidades que o consumidor mais consciencioso se confronta... e é assim que se lhes vai à bolsa de forma in consequente e inexplicável!

Tal só ocorre porque a política de consumidores é uma política menor, é algo a que se não atribui qualquer importância quando, afinal, tudo releva, aliás, da posição de crianças, mulheres e homens perante os diferentes segmentos de mercado e produtos e serviços postos à disposição de cada um e todos! O mercado condiciona a qualidade de vida, coarctada possibilidades, induz a discriminações, age com um enorme desfavor no quadro dos serviços públicos essenciais em que os direitos são mandados às urtigas e os consumidores escravos dos seus caprichos...

O exponencial número de reclamações, num país em que mal se reclama, é disso prova sobeja.

Política de consumidores com realce para os serviços públicos é algo de que se carece instantaneamente e que nem sequer se "cheira" nos programas dos partidos.

E seria elementar houvesse algo de substancial a este propósito! Até quando os consumidores, por não exigentes, consentirão nestes desbragamentos? Até quando?

*apDC – DIREITO DO CONSUMO – Portugal